

Política
CONSTITUINTE

MANDATO: SEMANA DECISIVA.

“Tudo vai depender de conversar com cada constituinte”, diz o líder do governo, Carlos Sant’Anna.

O reajuste do funcionalismo vai a plenário

A Assembleia Legislativa começa hoje, em sessões extras, a examinar a proposta do Executivo para reajuste do funcionalismo estadual, além de dez outros projetos do governador Orestes Quércia. A primeira matéria a ser votada, o reajuste, prevê um piso salarial de Cr\$ 13.200,00 e um teto de Cr\$ 264 mil, além de reajustes trimestrais. Se aprovado até 10 de fevereiro, o reajuste vigorará já no próximo mês. E embora algumas entidades da categoria tenham falado em greve, o presidente da Assembleia, Luis Máximo, acha isso improvável diante da reestruturação da carreira dos servidores, prevista para março. Os demais projetos tratam das carreiras, entre outros, dos contadores, delegados e pesquisadores científicos; da criação de cargos no Tribunal de Contas; da indicação do presidente da Comgás, Roque Citadini, para o mesmo TC; e da reorganização judiciária parcial do Estado. Máximo tentará um acordo de lideranças para que os projetos sejam todos votados antes do Carnaval.



Frota Neto: novo cargo.

Novo emprego para Frota. Na Funtevé.

O ex-porta-voz do Planalto, Frota Neto, foi nomeado ontem para exercer a presidência da Funtevé. Com isso, porém, o presidente Sarney não resolveu ainda o problema do sistema de comunicações do governo, que continua confuso, segundo seus próprios integrantes. A ideia era reunir no Gabinete Civil todas as empresas oficiais que cuidam da imagem do governo: EBN, Secaf, Radiobrás, Funtevé. Mas há dois entraves: de ordem política e administrativa — cada empresa pertence a um ministério diferente. Ontem, o ministro Paulo Brossard, da Justiça, indeferiu o pedido da Fenapro (Federação Nacional das Empresas de Propaganda) para que a EBN deixe de agenciar a distribuição da publicidade dos órgãos do governo. A Fenapro pode questionar a decisão do ministro, recorrendo à Justiça.

A Segurança Nacional, em discussão.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária não acolheu, ontem, em seu projeto de lei de defesa do Estado democrático sugestão do Superior Tribunal Militar para que o julgamento de crimes políticos continue de competência da Justiça Militar. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse que o projeto está em fase de discussão, podendo ser alterado. Para ele, a melhor fórmula é a da Constituição de 48: “Justiça Civil para os civis e Justiça Militar para os militares”. Mas ele admitiu a possibilidade de haver leis especiais. Segundo Eduardo Augusto Muylaert Antunes, presidente do CNPCP, se o projeto for adotado não haverá mais crimes contra a segurança nacional e “todos os crimes políticos serão julgados na Justiça Comum”.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna, disse ontem, após reunião com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada, que esta semana será decisiva para as discussões em torno da inversão ou não da pauta de votação no plenário. “Durante esta semana, com a presença dos constituintes, em sua plenitude, em Brasília, faremos reuniões sucessivas, mas tudo dependerá de conversar com cada um dos constituintes, porque eles poderão resistir às decisões das lideranças”, acrescentou o deputado.

Já entre os integrantes do Centrão, a inversão de pauta ainda está sem consenso, assim como a votação do sistema de governo. Ontem o líder do PFL, José Lourenço, disse que o grupo poderá começar a discutir o assunto se o governo fizer um ajuste no seu segundo e terceiro escalões para que aqueles que são contra o presidente Sarney deixem seus cargos para dar lugar aos que o apóiam. Para o deputado Ricardo Flúza, “qualquer decisão sobre esses dois assuntos só pode ser tomada depois de uma consulta a todos os integrantes do Centrão, porque houve acordo de cavalheiros, segundo o qual, este não seria objeto de discussão, embora seja,



Ulysses e Cardoso Alves: diferenças no trabalho.

pessoalmente, favorável à inversão de pauta”.

Cardoso apóia

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) lembrou que a grande maioria dos amigos do presidente Sarney, que defende os cinco anos de mandato, está no Centrão. “Somos a favor de percorrer o caminho mais curto para se chegar ao final dos trabalhos e, se este caminho for a inversão de pauta, concordo com ela” — declarou ele. O parlamentar paulista disse ainda que não acredita que este assunto possa provocar divisão do grupo. “Acho que a antecipação possibilitará uma grande decompressão para os constituintes, que poderão deliberar mais livremente

sobre outros temas” — prosseguiu. Para ele, a antecipação favorecerá a aprovação dos cinco anos de mandato.

O líder do governo, deputado Carlos Sant’Anna, consciente de que a inversão da pauta (que anteciparia a votação dos temas polêmicos como sistema de governo e mandato do presidente Sarney) encontra resistência tanto de partidários do Centrão como da esquerda, acredita que “tudo agora dependerá de uma fórmula — seja requerimento ou projeto de resolução — que possa obter 280 votos no plenário”. Ele é de opinião que, se não for possível obter esta aprovação, o melhor é voltar à fórmula tradicional, votando os Títulos e Capitulos pela ordem.

“Quanto mais cedo decidir se será ou não invertida a pauta de votação, tanto melhor, porque do contrário o próprio processo da Constituição com suas emendas e destaques poderá inviabilizar as eleições este ano, como quer a esquerda”, afirmou Carlos Sant’Anna, acrescentando que se estas questões polêmicas — duração de mandato e sistema de governo — não forem resolvidas logo, elas vão constituir ponto de embaraço para a evolução da votação em plenário.

Arinos discorda

O presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, Afonso Arinos, disse que não acha boa a antecipação da votação do regime de governo e da duração do mandato presidencial, “que seriam definidos numa atmosfera muito conturbada. Seria melhor deixar para quando houver mais amadurecimento e meditação”. Mas ele também vê “com apreensão a demora na conclusão de seus trabalhos”.

Satisfeito com o projeto da Constituição que “é bem melhor do que estão pensando e dizendo”, Arinos comenta o mandato do presidente José Sarney. Não acha que seja discriminação reduzir o mandato para 4 anos.



Peemedebistas em Recife: decisões

O governo solta. O Senado prende.

Se o Palácio do Planalto está “seduzindo” vários governadores com verbas, para que pressionem os parlamentares de seu Estado a votarem nos cinco anos de mandato para Sarney, os defensores das eleições este ano só encontraram uma forma de contrapressão: barrar, no Senado, todos os pedidos de empréstimo e liberação de recursos para esses governadores. Essa estratégia foi decidida depois de mais de três horas de reunião do governador Miguel Arraes, de Pernambuco, com os senadores Fernando Henrique Cardoso e José Richa e os deputados Pimenta da Veiga, Fernando Lyra e Egdio Ferreira Lima, além do prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos. Os parlamentares disseram que contam com o apoio dos governadores Quércia, Max Mauro, Moreira Franco, Jereissati, Pedro Simon e Waldyr Pires.

Grupo dos 32: o que falta para o acordo.

A votação no plenário da Constituinte começa amanhã, mas até ontem o Centrão e o grupo dos 32 não haviam ainda chegado a um acordo para a aprovação de pedidos em conjunto de destaque. Assim, segundo previsão do senador Virgílio Távora (PDS-CE), cada grupo pedirá destaque para o texto que o interessa e, talvez, com o desenhador das votações, chegue-se a um consenso.

Os temas que encontram resistência entre os dois grupos vão desde a reforma agrária até questões referentes ao trabalhador. No

item estabilidade continuam as negociações em relação ao texto e, principalmente, quanto ao valor da indenização a ser paga ao empregado dispensado sem justa causa. As propostas variam de 20% a 50% contra os 10% de multa que vigoram atualmente. Segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), se for possível um acordo em 30% de multa sobre o valor do FGTS, já será vantagem para o trabalhador. A proposta do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), do Centrão, é de que a multa seja de 40%.

No que se refere à reforma

agrária, um dos grandes problemas é que o Centrão não quer o pagamento de terras desapropriadas com títulos — e disso discorda o grupo dos 32. Sandra Cavalcanti defende que deva prevalecer a proposta de Virgílio Távora, que estabelece que são insuscetíveis de desapropriação os imóveis rurais trabalhados pelas famílias e as pequenas e médias propriedades que cumprem função social.

O sistema de saúde é outro ponto de discordância entre os dois grupos: o Centrão é contra a estatização do sistema, enquanto o gru-

po dos 32 quer a implantação de um sistema unificado. A empresa nacional também será objeto de negociação entre as duas correntes, além da previdência social.

Ontem, o prazo final para a entrega de pedidos de destaques, o setor de recolhimento havia relacionado 994. Os partidos de esquerda, segundo o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, estão trabalhando para agir em conjunto no plenário — e já definiram previamente os destaques, com a preocupação de manter 80% do Cabral 2.

O CENTRÃO

Os moderados já garantiram o quórum para a votação

Amanhã, quando forem iniciados os trabalhos de votação da Constituição em plenário, o Centrão terá pelo menos 287 constituintes presentes, número suficiente para aprovar o preâmbulo. Na quinta-feira, segundo explicou Dasso Coimbra (PMDB-RJ), pelo menos mais dez parlamentares já terão chegado a Brasília para que se dê prosseguimento aos trabalhos, dentro do que o grupo deseja ver aprovado.

Dasso Coimbra, que passou o dia se movimentando em torno da convocação dos parlamentares, disse que somente ontem 68 centristas chegaram a Brasília. No fim de semana, lembrou, chegaram 103 e, assim, hoje à noite será possível a realização de uma reunião para definir a estratégia de votação, com pelo menos 220 integrantes do grupo, já que os demais chegam na própria quarta-feira.

Para facilitar a votação e evitar problemas, o Centrão pretende manter parlamentares orientando, por fila, o voto dos constituintes que integram o grupo. Dessa forma, a cada ponto em votação, haverá deputados e senadores distribuídos pelo plenário indicando aos centristas se devem votar positiva ou negativamente sobre o item em questão.

Na reunião de hoje à noite, o Centrão aproveitará também, segundo informou o deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), para acertar arestas em torno de pontos em que possa não haver consenso. “Cada constituinte vai expor suas ideias e faremos uma análise global do texto, de forma a promover um ajuste para que a votação seja a menos polêmica possível, pois o nosso interesse é de que os trabalhos sejam concluídos no mais breve tempo”, declarou Flúza, acrescentando que sua previsão é que a Constituição seja promulgada a 21 de abril.

Descanso

Hoje, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reúne-se às 10 horas com lideranças partidárias para discussão dos critérios de votação do texto constitucional e da agilidade com a qual pretende encaminhar o processo de votação, com sessões nos finais de semana, feriados e recessos. Mas, ontem mesmo, coordenadores do Centrão reunidos com Ulysses se manifestaram contra a ideia porque “até Deus descansou um dia depois de fazer o mundo”, conforme afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), um dos coordenadores do grupo.

Segundo o deputado, o Centrão preocupa-se com a possibilidade de os constituintes irem à votação nos primeiros finais de semana, deixando, porém, de comparecer depois de certo tempo. Isto, segundo ele, desmoralizaria a Constituinte. “Me deu a impressão de que o doutor Ulysses fala em sessões ao final de semana para conseguir número para votação na segunda e sexta”, disse Roberto Cardoso Alves, em nome do grupo.

Segundo ele, o grupo deixou sugestão de que nos dias de semana as votações ocorram até a noite, à exceção de sexta-feira, porque, conforme explicou, “ninguém vai ficar quatro meses sem ir às suas bases”.

O deputado disse, também, que Ulysses prometeu tornar mais objetivo o programa “Voz da Constituinte”, para que, segundo ele, não ocorram ataques a constituintes e para que haja maior imparcialidade. Cardoso Alves afirmou que manifestações contra o grupo “têm uma única voz: os radicais de esquerda”. Conforme o deputado, “sejam do PSB, PCB, PC do B, PDT, PT e mesmo do PMDB, as manifestações não atemorizam os participantes do Centrão”.

E OS OUTROS

A estratégia das esquerdas: soterrar o Centrão com destaques.

A estratégia dos grupos que se consideram “progressistas” na Constituinte, para as votações em plenário, estão baseadas principalmente nas propostas do Centrão — numa admissão implícita de que serão aprovadas. Esses grupos esperam, por meio de centenas de destaques, fazer com elas o que elas fizeram com o projeto da Comissão de Sistematização: virar seu sentido pelo avesso.

Foi o que anunciou, ontem, o deputado José Genoíno (PT-SP), que carregava um calhamaço de papéis, onde estavam comparados, artigo por artigo, o projeto da Comissão de Sistematização e as propostas do Centrão, com trechos assinalados e várias anotações a lápis.

“Está aqui a nossa estratégia”, disse, abrindo enorme sorriso.

“É a estratégia das esquerdas?”, perguntou um repórter.

“Não nos chame de esquerda”, pediu. “Não estamos propondo nada de socialista. Nossas propostas são capitalistas.”

Genoíno disse que o trabalho foi feito durante o final da semana, com a participação das lideranças

do PMDB, do PDT, do PT, do PCB, do PC do B e do PSB. Cada dispositivo do projeto da Comissão de Sistematização foi cotejado com o que pretende o Centrão e com outras emendas e então verificou-se qual a melhor linha de ação e, com base nela, preparou-se os pedidos de destaque (mais de 400).

Em geral, no pressuposto de que as propostas do Centrão Subscritas por mais de 280 constituintes, serão preliminarmente aprovadas, os destaques têm por objetivo excluir determinadas expressões, para apreciação em separado, quando então se tentará eliminá-las ou alterá-las por meio de emendas.

A eliminação de uma só palavra, em alguns casos, poderá ser suficiente. O projeto da Sistematização diz, por exemplo, que o preso tem direito de saber a identidade dos responsáveis por sua prisão e interrogatório. O Centrão propõe que tenha direito de saber qual o “órgão” responsável. Um dos destaques elaborados por Genoíno e outros pede a supressão da expressão “órgão”, com o que o preso passaria a ter direito de saber quem é o responsável.

Emendas populares: preferência?

Com a assinatura do líder Mário Covas em primeiro lugar, o senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF), iniciou ontem a coleta das 94 assinaturas regimentais capazes de atribuir às emendas populares o mesmo tratamento preferencial daquelas que alcançaram 280 assinaturas de constituintes.

Pompeu de Sousa argumentou que, em seu conjunto, as assinaturas das emendas populares alcançaram cerca de dez milhões, 560 mil assinaturas, sendo “lógico e democrático” que elas tenham um

tratamento preferencial.

Ontem, o senador Edison Lobão (PFL-MA), um dos articuladores do Centrão, informou que a maioria do grupo persiste no propósito de que haja o pagamento de um mês de salário para cada ano trabalhado, no caso da demissão imotivada. O senador lembrou que o Centrão se deve manter unido no fundamental, sob pena de, dividindo-se, permitir a aprovação da estabilidade irrestrita, como figura no texto da Comissão de Sistematização.

O enterro simbólico de Ulysses, na sua Rio Claro.

Ulysses Guimarães vai ter um sepultamento simbólico em Rio Claro, a sua cidade natal. A manifestação está marcada para sábado e deve começar às dez da manhã. Foi organizada por partidos políticos de oposição e entidades ambientalistas. Preferindo chamar de happening o evento, os organizadores Edmundo Dias e José Santana disseram que o objetivo é “repudiar a atitude incoerente de Ulysses Guimarães em apoiar os cinco anos para Sarney”. Por essa contradição, dizem, “Ulysses acaba sendo motivo de vergonha para uma cidade que deveria orgulhar-se em tê-lo como filho”. Segundo José, “o enterro deve representar nacionalmente o fim da transição. Não deve ser entendido como um ato pessoal mas como social e político”.

Carvalho Pinto: enfim, nas livrarias.

Com mais de três meses de atraso — depois de seu lançamento simbólico, dia 9 de novembro último, na Assembleia Legislativa — o livro Carvalho Pinto em ritmo de hoje, do jornalista e escritor Ruy Marcucci, chegará finalmente às principais livrarias de São Paulo. O atraso resultou de divergências, já superadas, quanto às diretrizes políticas adotadas pelo autor na interpretação do biografado e dos rumos de sua administração. O relançamento será durante a Semana Carvalho Pinto, que começa dia 22 de fevereiro (e vai até 29) na Livraria Cultural, no Conjunto Nacional. Durante a Semana serão expostos trabalhos da chargista Hilde Weber, de O Estado de S. Paulo, com figuras que marcaram a época do ex-governador Carvalho Pinto, como Vargas, Lacerda, Jânio, Juscelino, entre outros; do artista plástico Aldemir Martins e da ilustradora Mariza Costa. Haverá também debate público.